

11 – UM NOVO HORIZONTE TEÓRICO PARA O FINALISMO

Lukács atribui um papel de destaque ao trabalho na gênese do ser social porque as outras categorias já teriam, para ele, um caráter puramente social. Suas manifestações pressupõem que o salto de ser orgânico para ser social já ocorreu; e, assim, suas propriedades e seu modo de operar só se manifestam quando o ser social já se constituiu. Apenas o trabalho, enquanto inter-relação entre sociedade e natureza (orgânica e inorgânica), possui essencialmente o caráter transicional entre ser biológico e ser social.⁹⁶²

No entanto, é preciso ter claro que com essa consideração isolada do trabalho aqui presumido se está efetuando uma abstração; é claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente.⁹⁶³

Sob um prisma específico, a linguagem é uma ferramenta indispensável – e pressuposto – para o processo de trabalho de incontáveis atividades. Mas não se pode dizer isso sob uma perspectiva ontológica, quando o trabalho assume a posição de pressuposto. É em seu metabolismo com a natureza por meio do trabalho que, através da proposição de finalidades, o ser humano consegue desenvolver o pensamento abstrato necessário para desenvolver a fala.⁹⁶⁴

O problema não é tanto o reconhecimento do caráter ontológico do trabalho, porque diversos pensadores com profundos vínculos com a existência social, como Aristóteles e Hegel, perceberam-no. O problema, na verdade, é que muitos deles estenderam a categoria da teleologia para além do trabalho ou da práxis humana, utilizando-a para compreender o mundo orgânico, a história etc. A teleologia foi, assim, alçada por muitos ao patamar de categoria cosmológica compreensiva.⁹⁶⁵

Marx não reconhece qualquer teleologia fora do trabalho, da práxis humana. A perscrutação de uma teleologia no trabalho, em Marx, distingue-se subs-

⁹⁶² LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 44.

⁹⁶³ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 44. Ainda: “É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextrincável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas regulações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc.”. *Ibidem*, p. 41.

⁹⁶⁴ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 47.

⁹⁶⁵ Nesse sentido, ver também: HARTMANN, Nicolai. Op. Cit. p. 15.

tancialmente da de seus antecessores (como Aristóteles e Hegel) porque ele não a afirma como uma entre diversas teleologias em inúmeras formas fenomênicas, mas como a única teleologia em exercício na realidade e ontologicamente demonstrável. Desse ponto de partida, nota-se que a teleologia só se torna parte da realidade enquanto pôr e sua fundamentação (no trabalho) explica-se pela impossibilidade do processo de trabalho se não pressupusesse esse pôr teleológico.⁹⁶⁶

A delimitação da teleologia ao trabalho (entendido como modelo da práxis) e sua ausência em outros modos do ser não implica uma limitação do seu significado. Há, sim, a correta percepção dos significados, pois, como o ser social se fundamenta sobre a vida orgânica, só pode constituir-se como modo específico do ser porque há um pôr teleológico real em sua base.⁹⁶⁷

A construção de um sistema composto tanto pela causalidade quanto pela teleologia tem consequências realmente inovadoras. A tradição filosófica geral é um grande exemplo das disputas teóricas travadas entre concepções fundadas na causalidade ou na teleologia. Mesmo Kant é um exemplo do cunho aparentemente incompatível entre essas duas perspectivas.⁹⁶⁸

As concepções de cunho teleológico precisavam reconhecer uma hierarquia na qual a teleologia situava-se acima da causalidade, mesmo quando simplesmente reconhecia a Deus o papel de força original de um processo que segue por conta própria e de forma causal, para poder criar um sistema minimamente harmônico. O materialismo pré-marxista, por sua vez, em um esforço por desconstruir e se contrapor às concepções transcendentistas de mundo, acabava por esvaziar qualquer possibilidade de teleologia. Somente em Marx é possível vislumbrar de forma inovadora uma tentativa de articular causalidade e teleologia.⁹⁶⁹

A investigação dos meios para se atingir determinados fins traz consigo a necessidade do conhecimento causal-objetivo dos processos que podem levar a essa finalidade previamente colocada. Por isso a decantação em duas etapas independentes do *nóesis* aristotélico por Hartmann – pôr de fins e a investigação de meios – foi tão importante, pois só assim revelou-se a interligação entre causalidade e teleologia.⁹⁷⁰

⁹⁶⁶ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 51.

⁹⁶⁷ “Essa maneira de ser do trabalho sem dúvida também foi claramente compreendida por Aristóteles e Hegel; mas, na medida em que tentaram interpretar de maneira igualmente teleológica o mundo orgânico e o curso da história, viram-se obrigados a presença, neles, de um sujeito responsável por esse pôr necessário (em Hegel, o espírito universal), resultando disso que a realidade acabava por transformar-se inevitavelmente num mito”. Ibidem, p. 51-2.

⁹⁶⁸ Ibidem, p. 52.

⁹⁶⁹ Ibidem, p. 53.

⁹⁷⁰ Ibidem, p. 53-4.

A relação fim-meio, em si, não produz nada novo se a realidade (em primeira análise natural, mas em nível aprofundado também a social) permanece inalterada, se as legalidades dos complexos que compõem a realidade operam de forma a ignorar as ideias dos sujeitos. A investigação, portanto, tem um duplo papel: desvelar as conexões que regem os objetos analisados e revelar novas conexões, com outras possibilidades de realização do fim proposto.

O processo de trabalho e o papel da finalidade parecem ter sido profundamente compreendidos por Hegel. Ele entende que algo de novo surge da manipulação das forças da natureza sem que haja uma mudança interna. Em outras palavras, o ser humano pode, a partir do trabalho, extrair consequências e usos inteiramente novos, a partir de articulações inéditas entre as propriedades da natureza e suas leis gerais, imprimindo funções e instrumentalidades também inéditas.⁹⁷¹

O confronto entre natureza e trabalho heterogêneos, assim como entre meios e fins heterogêneos, produz um pôr (teleológico) algo unitário e homogêneo. Mas essa homogeneização enfrenta alguns limites, como (a) a correta compreensão dos nexos causais, que pode transformar um potencial pôr teleológico em mera aspiração natimorta; e (b) sua capacidade de mascarar a importância da investigação dos meios para o sucesso do pôr, que pode ser ofuscada pela subordinação dos meios aos fins. O pôr teleológico nasce de uma necessidade social, mas só se torna verdadeiramente o pôr de um fim quando a investigação dos meios – ou seja, o conhecimento da natureza – atinge um nível adequado. Caso contrário, é apenas uma pretensão sem qualquer efeito sobre a realidade.⁹⁷²

Os processos e os objetos naturais possuem inúmeras propriedades e inter-relações com o mundo, mas apenas um número restrito deles é funcionalizado no sentido do pôr teleológico; e, ao serem pensados em razão de uma importância positiva ou negativa, são homogeneizados. Isso implica a desnecessidade de uma reprodução cognitiva das infinitas propriedades dos processos e objetos naturais sobre os quais se debruça o trabalho, nem sequer de forma aproximativa. Caso contrário, o trabalho teria sido concretamente inviabilizado em seus momentos mais primitivos, o que não foi o caso.

É possível reconhecer-se uma dialética entre a correção estrita na esfera do pôr teleológico e a correção quanto ao ser em-si da natureza como um todo, porque o primeiro é relativamente independente do segundo. Em outros termos, a correta apreensão das conexões causais necessárias para a finalidade proposta por um pôr específico pode ocorrer mesmo quando ele – ainda que bem sucedido – seja

⁹⁷¹ Ibidem, p. 54-5.

⁹⁷² Ibidem, p. 55-6. Como a tentativa supersticiosa para o direito penal.

permeado por incongruentes representações gerais dos processos e dos objetos naturais no que diz respeito ao conhecimento da natureza em sua totalidade.⁹⁷³

Hegel também, em sua ciência da lógica, acentua a importância dos meios em relação aos fins, pois, para ele, assim como é o termo médio do silogismo que permite a realização da conclusão final, os meios de realização das necessidades seriam superiores aos fins almejados, os quais seriam sempre efêmeros. Ele ressalta também o papel dos meios no domínio sobre a natureza exterior, contrapondo (em um esforço dialético) que, pelo fim, o homem se sujeita à natureza. Por tais conclusões, Hegel se aproxima muito de uma correta percepção acerca das relações entre meio e fim.⁹⁷⁴

Individualmente considerado, o meio frequentemente tem uma longevidade maior que as necessidades a serem satisfeitas, mas esse contraste perde brilho quando se leva em consideração o conjunto das necessidades em um quadro social amplo. Apesar da satisfação das necessidades imediatas individuais serem superadas ou esquecidas, a satisfação das necessidades em nível social persiste por muito mais tempo.⁹⁷⁵

Se é verdade, como se alega aqui, em acordo com as afirmações de Marx, que a humanidade só se propõe questões a que pode responder, ou seja, que suas finalidades postas são socialmente limitadas, então, tampouco é inteiramente correta a constatação hegeliana de uma submissão, pelos fins, do homem à natureza externa. A grande limitação às finalidades apoia-se principalmente sobre o desenvolvimento social.⁹⁷⁶

O desvelamento de determinadas conexões causais nesse sentido, sua aplicação e a experiência que se forma disso representam, no trabalho, o meio para um fim específico e único. Isso, contudo, possui a importante propriedade de ser objetivamente aplicável a outras finalidades, ainda que sejam bastante destoantes entre si. Se por um longo decurso temporal houve apenas uma consciência prática das coisas – das finalidades e das realizações dessas finalidades –, basta que tenha havido apenas uma utilização bem sucedida em uma esfera heterogênea da originalmente intentada para que se possa constatar a inauguração de uma abstração. Trata-se de um correto pensar abstrato que possui, já na sua estrutura, elementos centrais do pensamento científico.⁹⁷⁷

Se, como fazem as doutrinas idealistas, a teleologia típica do trabalho humano é estendida para todo o mundo, nos moldes de uma concepção mística da realidade, a distinção entre sociedade e natureza perde todo o seu substrato.

⁹⁷³ Ibidem, p. 56.

⁹⁷⁴ Ibidem, p. 57-8.

⁹⁷⁵ Ibidem, p. 58.

⁹⁷⁶ Ibidem, p. 58-60.

⁹⁷⁷ Ibidem, p. 60.

Quando, então, as correntes idealistas tentam recuperar uma distinção entre homem e natureza, fazem-no recorrendo a uma contraposição entre espírito (frequentemente representado pela consciência humana) e matéria. Consequentemente, o metabolismo homem-natureza, de onde surge seu traço distintivo, é crescentemente apagado nessas concepções.⁹⁷⁸

Com a emersão do trabalho, enquanto realização do pôr de um resultado ideado e adequado e enquanto realização contínua do novo (habilitado e habilitando o pensamento abstrato), a consciência humana, segundo Lukács (2013), deixa de ser um mero epifenômeno, deixa de ser estritamente subordinada à existência biológica.

A manifestação da consciência compõe-se, como já foi indicado, de dois momentos: do mais aproximado espelhamento possível da realidade circundante; e (seu desdobramento) o pôr das conexões causais necessárias à finalidade. São esses dois atos heterogêneos, indispensavelmente complementares na composição do complexo do trabalho, que formam a base da especificidade ontológica do ser social. A separação entre sujeito e objeto é uma consequência do processo de trabalho. No espelhamento da realidade como requisito para a realização do trabalho, como premissa para o fim e os meios do trabalho, o sujeito termina por se distanciar do objeto que ele quer modificar. Sujeito e ambiente, então, diferenciam-se.⁹⁷⁹

Também é no espelhamento da realidade que se pode perceber a ideação da realidade destacando-se dela própria. Essa ideação cristaliza-se formando uma "realidade" *sui generis*, que se diferencia da realidade propriamente dita, uma protorealidade se preferir, pertencente à consciência. Justamente por ser uma reprodução da realidade, essa realidade-ideada diferencia-se da realidade mesma, uma não é a outra. Por ser algo qualitativamente distinto, sua reprodução não pode ser de mesmo tipo ou natureza daquilo que reproduz. Tampouco pode reproduzir, consequentemente, a realidade de forma idêntica. O ser social pode, assim, ser ontologicamente decomposto em dois momentos heterogêneos, o ser e seu espelhamento na consciência.⁹⁸⁰

Esse distanciamento entre ser e espelhamento não se dissipa com o refinamento do conhecimento e com construções auxiliares, como a Matemática. Sempre há a possibilidade de algum desvio, algum defeito nesse espelhamento do ser, mesmo que algumas possibilidades simples ou primitivas de erro estejam excluídas, outras mais complexas surgem no lugar. Se, de um lado, os processos de objetivação e distanciamento resultam na impossibilidade de reproduções idênticas da realidade, de outro, essas reproduções são sempre determinadas pelo

⁹⁷⁸ Ibidem, p. 61-2.

⁹⁷⁹ Ibidem, passim.

⁹⁸⁰ Hartmann defende algo similar com sua distinção entre sujeito, objeto e ser em si. Cf. HARTMANN, Nicolai. Op. Cit. p. 31 e ss.

pôr de finalidades. O espelhamento é, em outras palavras, determinado pela reprodução social da vida.⁹⁸¹

É justamente essa determinação do espelhamento pelo pôr de finalidades o responsável, nos dizeres de Lukács (2013), pela tendência sempre renovada de descoberta do novo. O espelhamento da realidade tem uma natureza necessariamente contraditória, pois, ao mesmo tempo em que é o oposto de qualquer ser reproduzido (por ser espelhamento não é ser), é o veículo para novas objetividades, as quais, por sua vez, podem reproduzir o ser social nos mesmos moldes ou não. A tendência do pôr teleológico pelo novo, todavia, é corrigida pela própria objetivação.

A consciência, portanto, ao espelhar a realidade, adquire também o caráter de possibilidade ou *dýnamis* (δύναμις). Não se deve confundir – como faz Hartmann ao tratar da evolução de seres orgânicos – possibilidade e propriedade. A possibilidade pode ser expressa em termos de propriedade, de organismos se adaptarem a ambientes modificados, por exemplo. Uma coisa não se encerra necessariamente na outra, dado que o termo propriedade é usado predominantemente para designar um caractere já manifesto. Nem tudo que não se manifesta, aliás, é uma impossibilidade, mas, por não se manifestar, é frequentemente incognoscível. No entanto, a existência por vezes independe de sua cognoscibilidade.⁹⁸²

As relações entre potência e essência não podem ser esclarecidas recorrendo-se estritamente a artifícios lógicos, como faz Aristóteles, pois não se trata de uma questão lógica, mas ontológica. O correto enquadramento dessa relação implica o correto enquadramento do trabalho enquanto complexo, de maneira a formular, o mais corretamente possível, as abstrações categoriais necessárias a sua melhor compreensão. A própria ideia de labilidade, usada por Hartmann, dá conta de uma faceta, mais geral e biológica, da possibilidade contida no ser social. Não se pode dar conta das formas mais desenvolvidas de possibilidades do ser social, todavia, recorrendo-se apenas à base da labilidade orgânica. É preciso reconhecer um hiato, que somente é preenchido pelo pôr teleológico típico da atividade humana.⁹⁸³

As conexões causais naturais se desenrolam por si mesmas, bastando a verificação de suas condições. Já no trabalho, finalidade e causalidade são postas teleologicamente. Ao considerar-se, por exemplo, os meios de trabalho e o objeto do trabalho, eles são em si coisas naturais sujeitas, em princípio, a causalidades

⁹⁸¹ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 67.

⁹⁸² Ibidem, p. 69.

⁹⁸³ Hartmann defende uma posição semelhante quando analisa o ser em estratos. “La consideración ontológica ha de contar con la heterogeneidad de los estratos del ser, que ciertamente están en conexión, pero que no coinciden ni en cuanto a al contenido ni en cuanto a la legalidad”. HARTMANN, Nicolai. Op. Cit. p. 42.

naturais. É a práxis que atribui a eles um pôr social. Ademais, é preciso que, ao longo de todo o processo do trabalho, haja uma constante reafirmação do caráter alternativo do pôr diante de cada processo de elaboração dos instrumentos, porque a melhor elaboração depende do correto espelhamento da realidade. O processo de elaboração deve também ser corretamente orientado pela finalidade já proposta e o meio de trabalho depende igualmente da correta manipulação pelo sujeito. A constituição ontológica do processo de trabalho como modelo, e do pôr teleológico como um todo, faz dele um encadeamento de alternativas.⁹⁸⁴

Ao mesmo tempo em que é um ato de consciência, a alternativa é também a categoria mediadora que torna possível ao espelhamento tornar-se o veículo do pôr de ente. O ente posto, lembre-se, nunca pode inteiramente prescindir de um fundamento natural (mesmo com o recuo da barreira natural). Isso se torna claro quando a propriedade do objeto se contrapõe ao pôr, como na deterioração daquilo que foi construído. Em razão disso, o caráter alternativo do trabalho (da práxis) continua a se manifestar em seu desenvolvimento – como reparo, supervisão etc. – de forma constantemente nova.⁹⁸⁵

As determinações do ser advêm, então, das determinações universais em concreto exercício na própria esfera do ser. Lukács vê no trabalho o elemento central que possibilitou a superação da esfera animal e da condição, da consciência, de epifenômeno. Há uma superação para o ser social na qual as outras formas de ser não foram suprimidas, e constituem, inclusive, a base material do ser social.⁹⁸⁶

O desenvolvimento mesmo da técnica nas sociedades aponta para projetos (ou modelos concebidos) resultantes de diversas alternativas inter-relacionadas (como na implantação de uma fábrica). A técnica em si, contudo, jamais será o fundamento único dessa decisão. O desenvolvimento técnico se combina e se relaciona com o desenvolvimento de outras esferas do ser social, como a economia.⁹⁸⁷

Se técnica e economia, por exemplo, têm uma necessária inter-relação, ela não se dá de forma homogênea. Em termos mais gerais, as etapas intelectuais do processo de trabalho são importantes, mas elas também sofrem uma determinação da necessidade que sua realização (ou produto) pretende satisfazer. O momento da decisão sobre alternativas não se dá, como querem alguns, nos contornos de uma liberdade abstrata não maculada por qualquer elemento externo.

⁹⁸⁴ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 72.

⁹⁸⁵ Ibidem, p. 73.

⁹⁸⁶ De forma parecida: “Bien conocida es esta relación en la superposición de la naturaleza orgánica e inorgánica: la misma matéria junto con sus legalidades está formada superiormente, supraformada en las formas de lo viviente. Pero la supraformación misma es autónoma, y no se puede entender mediante las leyes inorgánicas”. HARTMANN, Nicolai. Op. Cit. p. 42.

⁹⁸⁷ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 74.

Além do mais, a ideia de um projeto não realizado dá a justa dimensão da ideia de potência em Aristóteles, pois um projeto ignorado – ainda que ele seja rico, bem estruturado e fundado em um espelhamento correto da realidade – permanece um não ente. E, está em sincronia, a afirmação marxiana de que o instrumento de trabalho (por mais simples que seja), no trabalho, de possibilidade se transforma em realidade. É necessário, então, que a alternativa seja realizada por meio do processo de trabalho para a potência transformar-se em ente.⁹⁸⁸

Não há, como aparece em tantos autores, um antagonismo absoluto entre alternativa e predeterminação, mesmo que se reconheça que a primeira se baseia na liberdade de decisão. A alternativa é uma alternativa concreta, para se realizar uma finalidade concreta, e estas foram produzidas pelo ser social (dentro do qual está o sujeito que tomará a decisão). Tanto possibilidades de objetos (de finalidade) como as decisões que se tomam sobre as possibilidades sofrem determinações da esfera mais ampla do ser social.⁹⁸⁹

As condições estabelecidas nas quais estão imersas as ações humanas concretas nunca podem dar conta completamente dessas ações, ou seja, não se pode deduzir anteriormente em termos de necessidade os atos humanos das condições sociais nas quais ele se encontra. Contudo, analisados em conjunto, esses atos formam tendências, padrões, tipos etc., que matizam sua própria singularidade. As proporções de atos divergentes e convergentes, esboçando tendências e padrões, ajudam a delinear melhor essa realidade contraditória.⁹⁹⁰

Superada a breve digressão sobre a relação entre possibilidade, liberdade e realidade, torna-se necessário focar de forma mais estrita no trabalho para explicitar o porquê de ele servir como modelo de toda práxis. Lukács (2013) lembra, com razão, que no formato originário do trabalho, a “intencionalidade” deste estava orientada aos objetos naturais, apesar de despertada por necessidades sociais.

Não é difícil considerar-se que o pôr teleológico é determinado socialmente, mas a questão não se encerra aí. As tendências precisam realizar-se por meio dos atos individuais, por isso, não é possível prescindir do momento da alternativa. É nesse sentido que, para uma melhor compreensão da categoria do trabalho, Lukács (2013) concebe a explicitação do papel da liberdade no pôr teleológico por sua vinculação à discussão sobre a alternativa.

Analisando em seu formato originário, é possível entrever os elementos essenciais da práxis, os quais, hoje, em função do desenvolvimento e da complexidade das instituições, nem sempre são tão visíveis. O trabalho, assim, pode ser subdividido em duas partes: o pôr teleológico do sujeito como pressuposto para

⁹⁸⁸ Ibidem, p. 75.

⁹⁸⁹ Ibidem, p. 76.

⁹⁹⁰ Ibidem, p. 76-7.

qualquer práxis; e a inter-relação homem-natureza como momento preponderante.

Desenvolveu-se também uma linha argumentativa conforme a qual a alternativa seria uma categoria que habilitaria a passagem da possibilidade para a realidade. Apesar de, como foi dito, a alternativa ser desencadeada por necessidades sociais, a satisfação de necessidade é um traço comum de diversas formas animais. Uma maior distinção do ser humano para outras formas de vida orgânica advém quando, entre o binômio necessidade-satisfação, se insere o trabalho como uma mediação. A interposição do trabalho entre necessidade e satisfação marca, concomitantemente ao primeiro impulso para o trabalho, sua constituição essencialmente cognitiva, uma vez que assinala a superação consciente da estrita espontaneidade biológica.⁹⁹¹

Apenas um correto espelhamento da realidade pode transformar a causalidade natural e indiferente à consciência, submetendo-a enquanto causalidade posta. Nesse processo surgem alternativas concretas que determinam tanto a finalidade como o meio pelo qual ela será perseguida. É dessa maneira que a potência é transformada em realidade. A outra face desse processo é a transformação do sujeito, ou como o sujeito, ao transformar o mundo, acaba por transformar também a si mesmo.⁹⁹²

A necessidade de subjugar a causalidade natural (com o correto espelhamento da realidade) indica a conquista do instinto pela consciência, a qual é reiterada a cada nova alternativa frente a cada novo problema no processo de trabalho – quando a consciência novamente se sobrepõe ao instinto.⁹⁹³

Pensando-se a partir do sujeito, como o pôr teleológico pressupõe um distanciamento, aquilo que poderia ser satisfeito imediatamente pelo instinto passa a ser satisfeito de forma mediada pela consciência. Se, na maior parte dos trabalhos realizados, a maioria dos atos parece possuir uma essência não consciente (ou instintiva), não se deve deixar enganar pela aparência, porque isso se deu em função de um condicionamento prévio consciente desses atos tornados automáticos. Por isso, mesmo tais reflexos condicionados pela experiência são passíveis de serem cancelados também por outras experiências, porque se originam desse pôr, que, ao criar uma distância, estabelece fins e meios, bem como supervisiona e corrige a execução dos fins postos.⁹⁹⁴

E com a autocriação do homem pelo homem, porque foge à sua mera existência biológica (resultante do desenvolvimento natural), surge um ser qualitativamente novo, o ser social.

⁹⁹¹ Ibidem, p. 78.

⁹⁹² Ibidem, p. 79.

⁹⁹³ Ibidem, p. 80.

⁹⁹⁴ Ibidem, p. 81.

11.1 – Trabalho, práxis e valor

Até agora se buscou evidenciar como, no trabalho, já se pode vislumbrar, em traços gerais, diversas questões que ressurgem repetidamente de formas mais refinadas. Originariamente, o trabalho diz respeito ao metabolismo homem-natureza e os atos individuais orientam-se no sentido da transformação de objetos naturais. A práxis social, em suas formas mais desenvolvidas e complexas, coloca em primeiro plano a ação sobre outros seres humanos, a qual apenas em última análise pode ser relacionada com a produção de valores de uso. Esse estágio ulterior de desenvolvimento também é constituído pelo pôr teleológico de causalidades, mas a essência desse pôr se constitui pela tentativa de arregimentar outrem a realizar, por si mesmo, o pôr teleológico em questão.⁹⁹⁵

Como foi exposto, o pôr teleológico provoca um distanciamento em função do espelhamento, um distanciamento entre ser e espelhamento. É em razão desse espelhamento que emerge, já tão estudada em Filosofia, a relação sujeito-objeto. A articulação do pôr teleológico e do distanciamento, enquanto relação sujeito-objeto, provoca complementarmente o surgimento tanto da apreensão conceitual da realidade quanto sua manifestação pela linguagem.⁹⁹⁶

O estudo do trabalho como matriz ontológica do ser social colabora também no esclarecimento da relação entre linguagem e pensamento conceitual, uma antiga questão em Filosofia. De acordo com o raciocínio estabelecido até agora, como o trabalho apresenta exigências para a sua execução, que implicam a conversão das habilidades e possibilidades psicofísicas em termos de linguagem e pensamento conceitual, torna-se possível derivar a linguagem e o pensamento conceitual do trabalho. Passa, assim, a ser uma tarefa extremamente difícil compreender linguagem e pensamento conceitual prescindindo de elementos surgidos a partir do trabalho e, conseqüentemente, como condições pressupostas para o surgimento do trabalho.⁹⁹⁷

A simples causalidade pode ser posta ou não, enquanto a teleologia só funciona enquanto teleologia posta. Por isso, para caracterizar corretamente um processo teleológico é preciso também uma correta avaliação – ontologicamente fundamentada – do sujeito que põe o processo. Algumas escolas filosóficas per-

⁹⁹⁵ LUKÁCS, 2013, *passim*.

⁹⁹⁶ LUKÁCS, 2013, *passim*.

⁹⁹⁷ “É obviamente indiscutível que, tendo a linguagem e o pensamento conceitual surgido para as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e intensifica. Disso se segue necessariamente que no interior desse complexo o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceitual e vice-versa”. LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 85.

dem isso de vista quando abrumam as distinções entre os pores causais apenas cognitivos e os reais, como acontece no hegelianismo. Não se trata de minimizar a relevância do pôr estritamente cognitivo – pressuposto para o pôr real –, mas de esclarecer que, enquanto permanece apenas no campo cognitivo, ele é apenas uma possibilidade (*dýnamis*).⁹⁹⁸

Embora o pôr teleológico real pressuponha o pôr cognitivo, a transformação daquilo que é potencial (*dýnamis*) em real implica a necessidade de um ato, o qual se dá sob a insígnia de uma decisão sobre alternativas. A partir dessa relação de pressuposição, pode-se dizer que há entre os dois – pôr cognitivo e pôr real – uma relação de alteridade heterogênea.⁹⁹⁹

O espelhamento não é um elemento envolvido na gênese do trabalho, mas fruto dela. O esforço de generalizações de tipo científico envolve problemas que possuem implicações também sobre uma ontologia geral. É certo que o em-si da natureza é neutro em relação à sociedade, mas a apropriação pela consciência da ontologia (mesmo uma ontologia geral) não consegue ser neutra diante da práxis. As formas concretas da práxis sofrem, em razão dessa ligação entre teoria e práxis, amplas interferências das representações ontológicas da natureza.¹⁰⁰⁰

Analisadas as novas categorias e os novos complexos que elas compõem, quando do surgimento do ser social, é instigante pensar sobre quais mudanças precipitariam a transição de um ser biológico para um ser social. Após o devido destaque dado à teleologia e à causalidade posta, torna-se mais claro que a decisão – por seu caráter alternativo – é o pôr teleológico e sua realização. Uma melhor compreensão desses atos (teleológicos), então, passa pelo delineamento categorial da práxis caracterizada pelo dever-ser.

Há, assim, uma inversão básica entre o ser biológico e o ser social: o primeiro sofre determinações do passado (no presente) em razão de uma determinada herança genética, combinada, talvez, com uma mudança no ambiente; no segundo, a conduta é direcionada pelo futuro (a finalidade proposta), determinando o desdobramento do presente. Frequentemente, mesmo quando se está diante de um mero processo causal-natural, não se trata de algo espontâneo, mas teleologicamente direcionado, distinguindo-os essencialmente de simples fatos da natureza. Isso ocorre com o emprego de forças naturais ou no tempo de espera da fermentação que dá no vinho.¹⁰⁰¹

O desenvolvimento do ser social, enquanto uma nova forma de ser, envolve não apenas grandes lapsos cronológicos, mas também um desenvolvimento gradual em direção ao predomínio das categorias específicas do novo ser. No caso do ser

⁹⁹⁸ Ibidem, p. 90.

⁹⁹⁹ Ibidem, p. 90.

¹⁰⁰⁰ Ibidem, p. 92.

¹⁰⁰¹ Ibidem, p. 98.

social, isso se caracteriza por uma crescente sobreposição do social sobre o natural (com a já mencionada ressalva da impossibilidade de sua completa supressão).

No pensamento idealista, em especial no pensamento kantiano, os imperativos morais, os quais dizem respeito ao dever-ser nas relações humanas, são transcendentalizados. Seu estofo é composto tanto por uma regra com força objetiva em relação à ação, quanto pelo ser, cuja vontade não se fundamenta exclusivamente na razão. Por isso, quando as considerações ontológicas são convidadas à discussão, isso é feito apenas para representar uma manifestação particular brotada da regra universalmente válida.¹⁰⁰²

Em seu esforço de superar a concepção kantiana equivocada de dever-ser transcendente, Hegel trata o dever-ser como um modo fenomênico da moralidade, que só pode chegar a ser moralidade completa quando está em completo acordo com a comunidade. Em outros termos, o dever-ser é uma manifestação de algo que só se poderia alcançar plenamente no campo da eticidade, com a superação do próprio dever-ser (da moralidade) pela eticidade.¹⁰⁰³

Considerando-se o trabalho em sua forma originária como modelo da práxis, o dever-ser no trabalho determina não apenas a conduta do sujeito em relação ao processo de trabalho, mas conduta enquanto sujeito do processo de trabalho. Em sua forma originária (de metabolismo homem-natureza), a composição dos fins, meios, objetos, etc. determina concomitantemente a própria essência do comportamento subjetivo.¹⁰⁰⁴

Acontece que o dever-ser do trabalho pode interpelar a subjetividade, recorrendo a alguns traços internos particulares, e isso se dá de tal forma que mudanças no interior do sujeito possibilitam um metabolismo homem-natureza mais apurado. O grande exemplo disso é o autodomínio do homem, ou o crescente controle sobre os impulsos e instintos biológicos. Quando se trata, porém, de influir sobre a atividade de outrem, a subjetividade de quem realiza a atividade (o pôr teleológico) assume um papel qualitativamente diferente quando comparada com um simples objeto natural; conseqüentemente, a própria autotransformação do sujeito vira objeto de pores teleológicos.¹⁰⁰⁵

Não obstante as pesadas diferenças que separam um pôr teleológico sobre um objeto natural e outro sobre sujeitos – os quais também produzem pores teleológicos –, ambos têm um significativo ponto comum: são relações estabelecidas a partir do dever-ser e, assim, as condutas do presente são regidas não pelo passado, pois o princípio determinante dessas ações é o pôr teleológico, com seu olhar vol-

¹⁰⁰² Ibidem, p. 101.

¹⁰⁰³ HEGEL, G.W.F. *Phenomenology of spirit*. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 263-294; LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 102-3.

¹⁰⁰⁴ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 104.

¹⁰⁰⁵ Ibidem, p. 104-5.

tado para o futuro. Isso explicita os problemas do materialismo vulgar em seu esforço por deduzir os fenômenos mais complexos diretamente dos mais simples.¹⁰⁰⁶

A questão do dever-ser traz consigo, também, indagações sobre a categoria do *valor*. E a relação que se estabelece entre ambos é de interdependência: tanto o dever-ser depende do valor (porque só consegue cumprir sua função de determinar a práxis subjetiva se aquilo que objetiva é valioso para os homens), quanto o valor depende do dever-ser, porque ele não existiria na realidade se não pudesse colocar o dever-ser de sua realização como princípio norteador da práxis.¹⁰⁰⁷

Faz parte do valor a caracterização do produto de um processo de trabalho como valioso ou não. Mas esse valor atribuído seria uma qualidade objetiva de alguma coisa (que apenas se vê reconhecida por um ato valorativo do sujeito) ou fruto dos próprios atos de valoração? Essa caracterização, assim, pode ser abordada como objetiva ou subjetiva, dependendo da inclinação filosófica.

A resposta a esse questionamento envolve o reconhecimento de que o valor não pode ser extraído das propriedades naturais do objeto – tanto nas formas mais alterosas e espiritualizadas de valor (como os valores estéticos), quanto nas mais triviais (como é o caso do valor de uso na economia política de Marx). Os valores de uso são, em Marx, produtos do trabalho, frutos da transformação de objetos naturais.¹⁰⁰⁸

Os valores de uso são objetividades. São formas (objetivas) de objetividades sociais, traduzem objetivamente o metabolismo homem-natureza e, por isso, não estão sujeitos, em sua universalidade, a mudanças históricas – apesar de sofrerem transformações em suas formas fenomênicas. Deve-se notar que a utilidade só existe enquanto para um fim específico. Já no período inicial do trabalho é possível assinalar a utilidade particular que torna um objeto qualquer em um valor de uso para o ser humano.¹⁰⁰⁹

O caso de possuir a utilidade um claro cunho teleológico não implica, porém, a admissão de uma natureza subjetivista. Dito de outra forma, não se pode dizer que o valor de uso surge meramente como um fruto de atos subjetivos de avaliação ou valoração. Na verdade, esses atos avaliativos/valorativos subjetivos desvelam – trazem à consciência – uma utilidade objetiva do valor de uso, que é comprovada ou não pela composição objetiva do próprio valor de uso. Conforme Lukács, “é a constituição objetiva do valor de uso que demonstra a correção ou incorreção deles [os atos valorativos] e não o inverso”.¹⁰¹⁰

¹⁰⁰⁶ Ibidem, p. 105.

¹⁰⁰⁷ A interdependência entre dever-ser e valor não deve ser confundida com identidade (LUKÁCS, 2013).

¹⁰⁰⁸ Ibidem, p. 107.

¹⁰⁰⁹ Ibidem, p. 108.

¹⁰¹⁰ Ibidem, p. 108.

Diante de todo o exposto até agora, pode-se vincular a gênese do valor, em termos ontológicos, à questão da utilidade, porque, na produção de valores de uso, a satisfação das necessidades se dá por meio de alternativas entre o que é útil ou não. Ajuda a uma melhor compreensão, no contexto das discussões sobre a objetividade dos valores, lembrar que o pôr teleológico representa a concreta realização do valor, quando perseguido de forma correta.

A correta dimensão da concretude do valor importa, aliás, por conta de sua supervalorização abstrata pelo idealismo, por meio de uma sobrecarga da *ratio*. Quando se analisa o valor também se deve destacar seu caráter não de racionalidade absoluta, mas de nexos concreto (se... então). Determinados instrumentos têm valor quando cumpridos alguns requisitos, e não de forma abstrata e indistinta. E a generalização dos pressupostos para esse nexos concreto não levam a uma esfera abstrata e absoluta, mas a uma abstração dirigida para a legalidade.¹⁰¹¹

Quando se analisa a partir do metabolismo originário homem-natureza, o panorama geral sobre o dever-ser é mais claro e simples do que com a futura complexificação social, quando extrapola essa estrita inter-relação homem-natureza. É apenas com o posterior desenvolvimento da sociedade que surgem mediações e realizações, as quais pressupõem esse fundamento originário.¹⁰¹²

Para se avaliar de forma correta a relação entre valor econômico e os demais valores da práxis é preciso não se deixar levar por algumas posições recorrentemente equivocadas, como os logicismos e o materialismo vulgar. O materialismo vulgar concebe as categorias mais complexas como resultados mecânicos das mais fundamentais, dissolvendo, conseqüentemente, a peculiaridade das categorias fundantes e criando uma falsa hierarquia entre umas e outras.

Já os logicismos entendem ser possível realizar deduções (de forma lógico-ontológica) a partir do conceito geral abstraído da estrutura e disposição das categorias. Com isso, cria-se (a) uma equivocada hierarquia lógico-sistemática entre conceitos – dentro de determinadas formações e vínculos, cuja peculiaridade se deve, na verdade, a seu engendramento histórico e a seu posterior desenvolvimento; (b) uma dissonância entre o conceito logicamente determinante e o ser original, levando a uma equivocada fixação da essência e das relações das categorias.¹⁰¹³

O complexo do processo de reprodução é inseparável da aceitação ou rejeição de um valor, uma vez que é composto de pores teleológicos. Percebe-se, assim, como os genuínos valores são momentos importantes na práxis. Em cada pôr concreto, um valor é intencionalmente colocado e, por isso, poder-se-ia concluir erroneamente, a partir disso, que os valores são única e somente as sínteses desses pores. Entretanto, a gênese dos valores não se deve aos pores

¹⁰¹¹ Ibidem, p. 111.

¹⁰¹² Ibidem, p. 112.

¹⁰¹³ Ibidem, p. 117.

propriamente ditos, os quais funcionam como um pré-requisito para a realização dos valores, mas, sim, à contínua transformação estrutural do ser social, ao seu contínuo desenvolvimento que apresenta concretamente as alternativas. O valor se encontra nessas alternativas, mesmo quando elas não se manifestam de forma totalmente consciente.¹⁰¹⁴

11.2 – A relação sujeito-objeto e a questão da liberdade do indivíduo

Um importante fenômeno relacionado intimamente com o trabalho é o da relação sujeito-objeto. Conforme as concepções apresentadas até aqui, é em função do trabalho que surge o distanciamento entre sujeito e objeto, e este, conseqüentemente, cria (a possibilidade da) linguagem. A distância entre sujeito-objeto no trabalho e na linguagem faz parte de um contínuo processo de diferenciação.¹⁰¹⁵

Não se pode esquecer que as satisfações de necessidades realizadas por meio do trabalho são necessariamente mediadas, pense-se na relação meio-fim que se estabelece. Complementarmente, os produtos do trabalho adquirem uma nova imediatividade (*Unmittelbarkeit*), de cunho social. O desenvolvimento do trabalho é marcado pela produção de mediações entre os homens e as finalidades perseguidas, e é então que surge a distinção entre finalidades imediatas e mediadas. A constatação de uma práxis como verdadeiramente social depende de a relação dessa conduta com a realidade tornar-se generalizada socialmente.¹⁰¹⁶

A partir da relação sujeito-objeto distanciada, a linguagem surge como meio possível para representar intelectualmente aquilo que se oferece como um distanciamento real. Em outros termos, o distanciamento criado pela linguagem torna possível a comunicação de um distanciamento realmente existente, surgido a partir do trabalho:

¹⁰¹⁴ A ideia de que as alternativas são apresentadas pelo desenvolvimento da sociedade, mas são respondidas pelo homem, tem uma formulação coerente em linhas marxianas quando é dito que o homem faz a sua história, mas não nas circunstâncias em que escolheu. Cf. MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25. “A objetividade dos valores se funda, pois, no fato de que todos esses são componentes moventes e movidos do conjunto do desenvolvimento social. Sua contraditoriedade, o fato incontestável de que, muitas vezes, eles se encontram em oposição aberta com a própria base econômica e até entre si, não leva por isso a uma concepção relativista dos valores, como pensa Max Weber, e muito menos leva nessa direção o fato de ser impossível ordená-los em um sistema hierárquico, em uma tabela”. LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 124.

¹⁰¹⁵ Idem, passim.

¹⁰¹⁶ Ibidem, p. 127-8.

Assim, só o distanciamento intelectual dos objetos por meio da linguagem é capaz de fazer com que o distanciamento real que surgiu no trabalho seja comunicável e fixado como patrimônio comum de uma sociedade.¹⁰¹⁷

O trabalho não modifica apenas a realidade externa, mas transforma significativamente o próprio homem. A partir da necessidade do indivíduo de controlar a si mesmo para realizar as finalidades estabelecidas em determinado processo de trabalho, a consciência humana adquire controle sobre os elementos que a tornavam um epifenômeno, como instintos, hábitos, impulsos etc. Essa nova constituição da consciência se dá em termos ontológicos, mas a consciência em si – assim como o ser humano – permanece assentada sobre uma base natural; o afastamento da barreira natural não implica a sua supressão.

É também do caráter fundante do trabalho que Lukács (2013) deriva uma solução possível para a questão da *liberdade*. A dificuldade de se discutir o tema da liberdade, conservada de certa forma até hoje, está diretamente ligada com seu caráter multifacetado. Há liberdade no sentido jurídico, ético, político, religioso, dentre outros. Muitas esferas do ser social, ao desenvolverem legalidades próprias, criaram também uma concepção própria de liberdade. Isso tornou extremamente difícil uma formulação unitária e sistemática da liberdade pelas doutrinas idealistas.¹⁰¹⁸

Ao contrário do que algumas correntes filosóficas poderiam dar a entender, especialmente em função de inspirações teológicas, a liberdade é um fenômeno em princípio estranho à natureza. De fato, a origem ontológica da liberdade pode ser traçada até o caráter alternativo da práxis, e esta, enquanto pôr teleológico de uma causalidade, não existe na simples natureza.¹⁰¹⁹

Lukács (2013) considera que a liberdade é o exercício concreto de uma decisão diante de possibilidades concretas – e não uma simples especulação abstrata –, uma vontade direcionada à transformação da realidade. Nesse sentido se consegue justificar, teórico-filosoficamente, uma restrição do conceito de liberdade excludente das reflexões, paixões, afinidades, projetos etc.

A discussão sobre a liberdade se torna um tanto mais problemática quando se traz para o debate questionamentos sobre em que proporção uma inflexão de determinação (interna ou externa) – a “determinidade” (*Determiniertheit*) – sobre a decisão do homem pode ser apropriada como parâmetro da liberdade. A maioria das Filosofias estabelece uma relação excludente, de oposição, entre determinidade e liberdade, justamente o que traz o caráter problemático para a discussão.

¹⁰¹⁷ Ibidem, p. 128.

¹⁰¹⁸ Ibidem, p. 137.

¹⁰¹⁹ Ibidem, p. 138.

O dilema só é resolvido quando se percebe que não pode jamais se tratar de uma relação de exclusão, pois o homem que vive em sociedade não pode, em momento algum, encontrar-se sem qualquer determinação. A ideia de um sujeito sem qualquer determinidade interna ou externa só pode se realizar em uma figura divina, razão pela qual esse critério é comumente propugnado por filosofias de marcante acento teológico – pense-se na ideia de *imago dei*.¹⁰²⁰

É importante, além disso, realizar duas ponderações. Primeiro, as decisões frequentemente se acham sobre encruzilhadas, nas quais as escolhas ficam bastante interdidas, quando não impossibilitadas. Frequentemente, para se atingir o fim desejado, não há mais do que uma possibilidade de ação. Segundo, não é acessível ao homem a totalidade das consequências de suas ações, ou mesmo grande parte delas. É característico da vida que decisões sejam tomadas sem se ter conhecimento das consequências, elementos e contexto, em sua maior parte. Especialmente em seu aspecto mais corriqueiro, quando as decisões devem ser tomadas com mais rapidez.

Ainda diante disso, não se pode dizer que está suprimida a liberdade, pois, também quando o número de opções é reduzido e o conhecimento sobre elas é diminuto, não se trata de um fenômeno natural – cujo limite é a mera causalidade natural – mas sim de uma alternativa (e uma decisão). Uma importante diferença qualitativa. Quando reduzida à sua estrutura essencial – a partir do modelo originário de trabalho –, pode-se perceber que a liberdade é determinada não só pelas necessidades humanas, como também pelo conhecimento objetivo das determinações da matéria, dos processos e eventos. As duas, determinação e liberdade são, assim, os componentes do complexo social, cuja pedra angular é a decisão em seu caráter alternativo.¹⁰²¹

Mesmo diante do distanciamento do trabalho (como ocorreu de fato) do seu modelo originário, esse roteiro fenomênico da liberdade se mantém. Com o tempo e a complexificação social, o liame direto entre as generalizações das experiências de trabalho com um pôr concreto míngua, especialmente em função da ampliação do papel da ciência. Deve-se atentar, todavia, ao fato de que, persistindo a possibilidade do uso dessas generalizações no trabalho como verificação derradeira, reafirma-se, em última análise, a dinâmica originária do trabalho. Seja porque aponta a intenção enraizada de transformar nexos constatados em pores teleológicos, seja porque aponta a reafirmação da forma fenomênica da liberdade típica do trabalho.¹⁰²²

¹⁰²⁰ Ibidem, p. 138.

¹⁰²¹ Ibidem, p. 140.

¹⁰²² Ibidem, p. 141.

Se a liberdade pode ser abordada como o livre movimento na matéria, conforme o trabalho se afasta de seu modelo originário, o objeto sobre o qual o trabalho se debruça, e se movimenta com liberdade, deixa de ser apenas a natureza e passa a incorporar também a inter-relação sociedade-natureza e o processo do ser social. Outra consequência perceptível desse distanciamento é que mesmo o trabalho direto ocorre por inúmeras mediações.

De fato, ao tentar traçar formulações sobre os caracteres distintivos do homem, as filosofias idealistas atribuem aquilo que há de qualitativamente novo no homem à liberdade, contrapondo-a à necessidade. Essa relação antitética que as filosofias idealistas atribuem à relação entre liberdade e determinação se deve, em parte, à equalização entre determinação e necessidade, a qual ignora o caráter de *implicação* que a necessidade possui em parâmetros ontológicos. A correta apreensão da liberdade, enquanto decisão fundada em um caráter alternativo e teleológico, dilui-se ainda mais quando se alia a essa concepção de generalização racionalista da ideia de determinação o projeto idealista de extrapolação da teleologia para a história ou para a natureza.¹⁰²³

O homem, ao se debruçar sobre o objeto de trabalho, precisa saber que algumas de suas qualidades são apropriadas à sua finalidade. Essas propriedades do objeto são, ao mesmo tempo, objetivas e latentes porque têm um fundamento natural, mas, sem o homem, jamais viriam à tona. São, portanto, meras *possibilidades*. A própria transformação subjetiva (o despertar de habilidades) do sujeito que realiza o trabalho permanece em latência, como possibilidade, até que ele o realize.¹⁰²⁴

Ao contrário do que poderia dar a entender, por exemplo, uma estrita interpretação das formulações de Engels,¹⁰²⁵ a liberdade não pode ser delineada apenas e estritamente como necessidade conhecida. Uma aproximação mais es-correita da conceituação de liberdade, por fim, diz respeito ao “movimento livre na matéria”, conforme propõe Lukács (2013). E esse movimento livre só é tornado possível mediante o conhecimento adequado da realidade por meio de suas categorias modais, e sua subsequente transposição bem-sucedida em práxis.

¹⁰²³ Ibidem, p. 142.

¹⁰²⁴ Idem, *passim*.

¹⁰²⁵ “A liberdade não reside, pois, numa sonhada independência em relação às leis naturais, mas na consciência dessas leis e na correspondente possibilidade de projetá-las racionalmente para determinados fins. Isto é verdade não somente para as leis da natureza exterior, mas também para as leis que presidem a existência corporal e espiritual do homem: duas espécies de leis que podemos distinguir, quando muito, em nosso pensamento, mas que, na realidade, são absolutamente inseparáveis. O livre-arbítrio não é, portanto, de acôrdo com o que acabamos de dizer, senão a capacidade de decisão com conhecimento de causa”. ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 95-6. Citado também em Lukács (2013).

O desenvolvimento social produz um afastamento da estrutura original do trabalho, e o pôr teleológico, que contava apenas com a natureza como objeto, passa a contar com outros homens. As formas gerais e a essência, assim como o modo fenomênico, produziram-se historicamente. Essa complexificação dos pores se deu em razão do desenvolvimento social e, portanto, não pode ser simplesmente inferida logicamente de sua matriz originária.

Pode-se afirmar, sim, sem maiores problemas, que algumas das determinações decisivas dos pores teleológicos surgem já em sua estrutura originária. As diferenças entre uns e outros, entre o pôr teleológico em suas manifestações mais complexificadas e sua estrutura originária, emergem em razão do tornar-se cada vez mais social dos objetos e meios do pôr.¹⁰²⁶

Os processos sociais, agora, não mais referentes apenas pelo metabolismo homem-natureza, precisam colocar em movimento uma cadeia causal relativamente independente da vontade por trás do pôr de seu ser. Uma independência relativa porque conforme a sua própria legalidade. É em função desse cenário a afirmação lukacsiana de que a sociedade se torna uma espécie de segunda natureza, pois o homem deve agir, quando estiver diante dela, guardadas as devidas proporções, como se estivesse diante da natureza propriamente dita. Colocando de outra forma, para transformar esse novo objeto de acordo com sua vontade, o homem deve conhecer adequadamente sua essência para, então, transformar o devir do objeto em algo posto por ele.¹⁰²⁷

Há, deve-se chamar a atenção, uma diferença substancial entre uma alternativa cujo conteúdo pode ser pensado em termos de maior ou menor correção cognitiva e aquelas alternativas cuja finalidade é, em si, resultante de alternativas sociais pretéritas. Com a complexificação social, sequer se pode dizer que há soluções unívocas para as questões, variando a resposta correta de acordo com a posição de quem interpela a realidade.¹⁰²⁸

As consequências da práxis, contudo, são bem mais graves, pois, em meio a tudo isso, o homem produz a si mesmo como membro do gênero humano e, conseqüentemente, o gênero humano mesmo. O momento de superação da esfera estritamente orgânica – daquilo que Lukács chama de “a mudez orgânica do gênero” –, o abandono do gênero estritamente natural para um gênero social, produzido pela atividade do próprio homem, é, assim, o mesmo momento da emergência da liberdade.¹⁰²⁹

¹⁰²⁶ LUKÁCS, György. Op. Cit. p. 150.

¹⁰²⁷ Ibidem, p. 151.

¹⁰²⁸ Ibidem, p. 152.

¹⁰²⁹ Ibidem, p. 155-6.